

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020.  
EDITAL Nº 005/2020**

**RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A.** com sede à Rua Das Orquídeas, 737- Sala 313- Vila Bergamo- Indaiatuba- SP CEP: 13.345-040, inscrita no CNPJ de nº 24.940.805/0001-83, neste ato, representada, pela sua bastante procuradora que a esta subscreve, vem a presença de Vossa Senhoria apresentar:

<b>RECURSO ADMINISTRATIVO</b>
-------------------------------

Em face da decisão da Comissão pela habilitação das empresas PROVAC Terceirização e mão de obra LTDA e SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA.

## **I- DOS FATOS**

Tornou-se público o resultado de habilitação do edital de licitação **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020, EDITAL Nº 05/2020**, objetivando a outorga de Concessão onerosa de serviço de implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE, em conformidade com a Lei nº 8.987/95, Lei nº 8.666/93, Lei Municipal nº 3.366/19 e Lei nº 9.074/95 no que for aplicável,

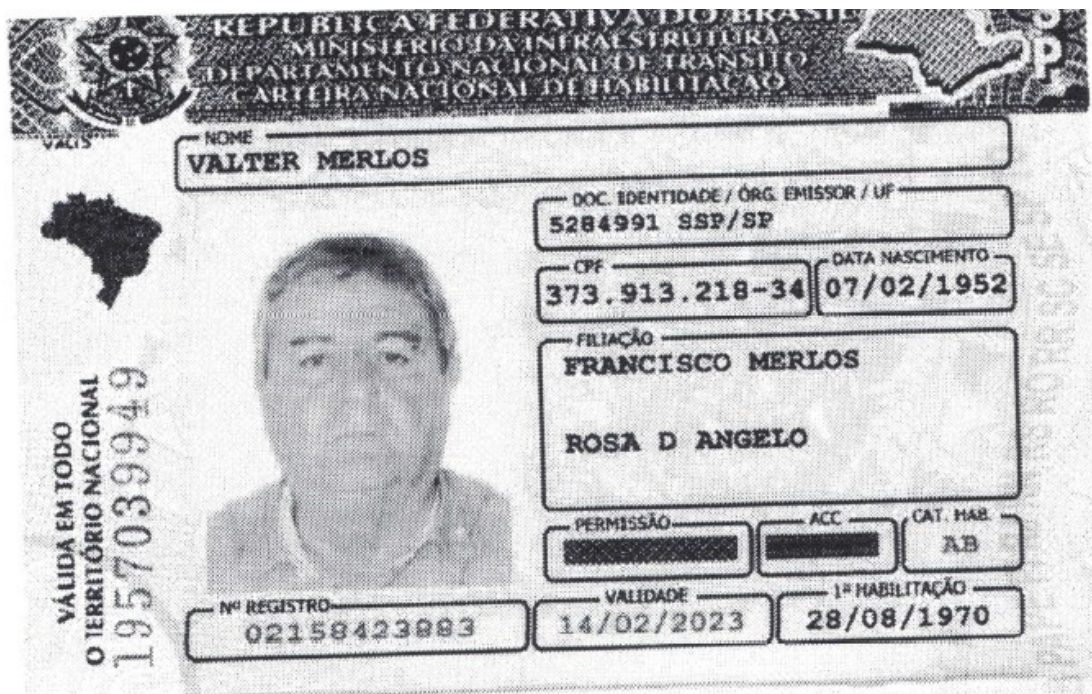
No dia 03/11/2020 houve sessão para o ato de abertura e julgamento de habilitação e propostas. Oportunidade em que, após análise documental, foi publicado o julgamento da habilitação, sendo que foram habilitadas todas as empresas participantes do certame, sendo aberto prazo para apresentação de recurso.

Dessa forma, em cumprimento das premissas legais, em tempo hábil, vem essa recorrente apresentar pedido de reconsideração da decisão que habilitou as licitantes PROVAC Terceirização e Mão de Obra LTDA e SERBET Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir elencadas.

## **I- DA ERRONEA HABILITAÇÃO DA LICITANTE PROVAC**

Mormente insta consignar que há impedimento de participação da licitante PROVAC, haja vista que a mesma pertence ao grupo MERLOS JR. EMPREENDIMENTOS LTDA., cuja participação está impedida em qualquer procedimento licitatório, em razão da proibição de contratar perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme relação de impedimentos anexa (doc.01).

Ainda, conforme cartão CNPJ abaixo, consta o e-mail de contato de [valterjr@grupoprovac.com.br](mailto:valterjr@grupoprovac.com.br), sendo este o contato de um dos sócios da empresa PROVAC, conforme cópia da CNH juntada à documentação da licitante, senão vejamos:



NUMERO DE INSCRIÇÃO 08.933.498/0001-57 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 11/07/2007
NOME EMPRESARIAL MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) STAR ALLIANCE WORK AND TRAVEL			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.23-1-00 - Estacionamento de veículos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ITATIAIA	NUMERO 570	COMPLEMENTO *****	
CEP 14.025-240	BAIRRO/DISTRITO ALTO DA BOA VISTA	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO VALTERJR@GRUPOPROVAC.COM.BR		TELEFONE (16) 3301-6000	

Por essa razão, não há possibilidade de que a licitante PROVAC possa participar da licitação em comento, sendo sua desclassificação medida que se impõe.

## II- DA ERRONEA HABILITAÇÃO DA LICITANTE SERBET

### A- Qualificação Econômica Financeira

Para a qualificação econômica financeira a empresa Serbet apresentou o SPED.

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) funciona como um integrador fiscal entre União, Estados e Municípios. A implantação desse sistema permitiu um grande avanço na forma como os processos contábeis e fiscais são elaborados — antes realizados em papel, agora substituídos por informações em meio digital.

Via de regra, o Sped é composto por uma série de programas, legislações e procedimentos que tornam o processo menos burocrático e transparente — tanto para o governo, quanto para o contribuinte. Em outras palavras, o Sped trouxe maior agilidade aos processos de validações fiscais, escrituração e conferência de documentos, garantindo que as empresas pudessem ter maior transparência na forma como elaboram suas obrigações e, assim, reduzindo os riscos de fraude e sonegação.

A Constituição Federal, no inciso XXI do art. 37, dispõe que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e **econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações**. Neste sentido, o art. 27 da Lei nº 8.666/1993, determina que, para fins de habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, a qualificação técnica, **a qualificação econômico-financeira**, a regularidade fiscal e a prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Desta forma, os arts. 28 a 31, na sequência, relacionam todos os documentos que poderão ser exigidos para demonstrar a regularidade nas respectivas situações.

**Acórdão 1729/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator) (pág. 434)**

A licitante acima mencionada apresentou o Balanço, DRE pelo SPED. Não apresentando outro arquivo pela Junta Comercial.

Documento aceito de acordo com os próprios itens do edital.

**A PROBLEMÁTICA INSURGE QUANDO OS DOCUMENTOS EMITIDOS PELO SPED NÃO POSSUEM EM SUA NOTA DE RODAPÉ OS CÓDIGOS PARA CONFERÊNCIA DA SUA AUTENTICIDADE.**

O que inviabiliza auferir se os documentos realmente são originais!

O não acesso destes documentos via online, impossibilitando a conferência do seu conteúdo online. E nem mesmo para conferir os dados do termo de abertura e encerramento acha vista a falta de autenticação digital.

Vale ressaltar que a cópia autenticada do SPED incompleto, em nada comprova. Até porque é um documento ONLINE, onde os dados ali constantes devem ser conferidos pelo próprio sistema do SPED.

Um exemplo do que deveria haver, de acordo com os nossos próprios documentos:

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D4.21.90.60.19.59.FE.AE.B5.3F.73.62.EA.00.CAF4.12.CA.B0.92-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.3 do Visualizador

Página 1 de 2

Contudo, os documentos foram apresentados da seguinte maneira:



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Entidade: **SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA**  
Período da Escrituração: **01/01/2019 a 31/12/2019** CNPJ: **00.999.705/0001-64**  
Número de Ordem do Livro: **25**  
Período Selecionado: **01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019**

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>ATIVO</b>		<b>R\$ 2.548.130,04</b>	<b>R\$ 5.690.572,74</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>R\$ 1.279.553,87</b>	<b>R\$ 2.309.184,13</b>
DISPONÍVEL		R\$ 18.421,20	R\$ 283.426,20
BENS NUMERÁRIOS		R\$ 2.081,24	R\$ 74.113,01
BANCO CONTA MOVIMENTO		R\$ 16.339,96	R\$ 12.780,01
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 0,00	R\$ 196.533,18
CRÉDITOS		R\$ 689.460,69	R\$ 1.099.085,36
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 400,00
TÍTULOS A RECEBER		R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		R\$ 655.161,83	R\$ 1.029.930,86
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS		R\$ 700,00	R\$ 36.948,66
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 8.599,06	R\$ 6.805,84
IMPOSTOS POR ESTIMATIVA - LUCRO REAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUES		R\$ 571.671,98	R\$ 814.000,39
ESTOQUES DIVERSOS		R\$ 571.671,98	R\$ 814.000,39
DESPESAS EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 0,00	R\$ 112.672,18
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 0,00	R\$ 112.672,18
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>R\$ 1.268.576,17</b>	<b>R\$ 3.381.388,61</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 250.168,28	R\$ 1.872.376,32
CONTA-CORRENTE DOS SÓCIOS		R\$ 170.918,28	R\$ 277.043,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 79.250,00	R\$ 79.250,00
EMPRESTIMOS E MUTUOS		R\$ 0,00	R\$ 530.458,32
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 0,00	R\$ 985.625,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.018.407,89	R\$ 1.509.012,29
BENS EM OPERAÇÃO		R\$ 1.047.426,21	R\$ 1.550.006,58
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 153.831,56	R\$ 173.515,30
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (182.849,88)	R\$ (214.509,59)
<b>PASSIVO</b>		<b>R\$ 2.548.130,04</b>	<b>R\$ 5.690.572,74</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>R\$ 942.218,73</b>	<b>R\$ 1.458.808,25</b>
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 389.241,14	R\$ 418.329,24
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (SALDO NEGATIVO)		R\$ 122.869,10	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 266.372,04	R\$ 418.329,24
FORNECEDORES		R\$ 30.604,67	R\$ 186.733,73

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 7.0.1 do Visualizador

Página 1 de 2

Vale ressaltar que há diversas assinaturas com firma reconhecida em cartório, bem como cópia autenticada pelo cartório digital que não faz diferença alguma para a validade do documento, pois trata de um documento ONLINE onde sua verificação é através do site com o código em seu rodapé.

Dessa forma, pela apresentação de documentos sem a devida autenticação, deve a comissão reconsiderar sua decisão de habilitação da empresa Serbet.

## DO DIREITO

*Lei 8.666/93*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

As regras e condições estabelecidas no instrumento convocatório possuem caráter vinculativo. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro <sup>1</sup>:

*Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da*

---

<sup>1</sup> PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

*Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).*

Quando a Administração estabelece no edital as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, **burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da IGUALDADE entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.**

Também estariam descumpridos os princípios da **PUBLICIDADE**, da **LIVRE COMPETIÇÃO** e do **JULGAMENTO OBJETIVO** com base em critérios fixados no edital.

Um dever de transparência, conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Melo:

***O princípio da publicidade impõe que os atos e termos da licitação no que se inclui a motivação das decisões – sejam efetivamente expostos ao conhecimento de quaisquer interessados. É um dever de transparência, em prol não apenas dos disputantes, mas de qualquer cidadão.<sup>2</sup>***

---

<sup>2</sup> TANAKA, Sônia Yuriko Kanashiro; PIRES, Antônio Cecílio Moreira. et. al. Direito Administrativo. São Paulo. Malheiros, 2008, p. 288



O princípio do julgamento objetivo deve seguir o que foi estipulado no edital, sendo assim, Hely Lopes Meirelles traz a seguinte definição:

*Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45).<sup>3</sup>*

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho<sup>4</sup>:

**A vinculação ao instrumento** convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Dessa forma, a ausência de atendimento pela empresa aqui mencionada às regras editalícias previstas no instrumento convocatório, fere o princípio da vinculação ao qual a Administração pública está atrelada, além de ferir a **IGUALDADE** do certame, por tal motivo a empresa deve ser INABILITADA.

## DOS PEDIDOS

Destarte, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o conhecimento do recurso e no MÉRITO SEJA JULGADO PROCEDENTE.

---

<sup>3</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32ª edição. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 275

<sup>4</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.

Lastreado nas razões aqui apresentadas, roga-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão referente a habilitação das empresas PROVAC Terceirização e mão de obra LTDA e SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA, na hipótese de isso não ocorrer, requer-se a subida desse recurso à autoridade superior, consoante Art. 109, §4º da Lei 8.666/93.

Nestes termos,  
aguarda deferimento.

Indaiatuba para Herval D'Oeste-SC, 10 de novembro de 2020.

Dra. Roberta Borges  
OAB/SP 391.383

Dra. Alessandra Barbosa P. Rosa  
OAB/SP: 443.189

Dra. Letícia Norado  
OAB/SP: 450.103